

DOI:

PERCEPTION OF PROFESSIONALS RELATED TO ACCOUNTING FACING POSSIBLE CHANGES IN THE STRUCTURE OF DRE**PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS RELACIONADOS À CONTABILIDADE FRENTE ÀS POSSÍVEIS MUDANÇAS DA ESTRUTURA DA DRE****Davi Ben Jessé Azulay Guimarães**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2081-1209>**Larissa Pereira Melo**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5157-1207>**Lilian Elvira Rodrigues Dos Santos**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3818-236X>**Erika Borges Ferreira**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3720-7131>**Abstract**

Due to changes and the need to adapt the standards to accounting practices, accounting has been constantly improved. Accounting reports make it possible to assess the performance of organizations and are used as a fundamental tool for decision making. In light of this, the International Accounting Standards Board, responsible for issuing international accounting standards, issued the Exposure Draft in 2019 proposing changes to the current structure of the Income Statement for the Year, with the objective of showing more clearly the operating results of companies. Therefore, this research aims to understand the perception of investors, managers and preparers of the financial statements regarding the changes in the structure of the DRE proposed by the IASB, which seek to standardize mainly the subtotals presented in the statement, in order to allow greater clarity of the data presented to investors and managers. The Theory used as a basis is the Theory of Disclosure and Informational Asymmetry, as they seek this linearity at the time of disclosure to various accounting users. This is a descriptive and exploratory research, data collection was carried out through an 8-question questionnaire, 7 closed and 1 open, obtaining the return of 82 respondents. It is noteworthy that in addition to descriptive interpretation, for the open question we used the IRAMUTEQ software for statistical analysis. It is concluded that the users of the accounting information participating in this research, whether internal as managers and preparers of the statements, or external, as investors, perceive the changes in the structure of the DRE proposed by the IASB as positive, highlighting points of improvement in transparency, visibility information and data comparability. Even so, it was identified that there are negative perceptions, such as the concern with the similarity in the structuring of activities as occurs in the DFC.

Key words: information quality, DRE-IASB changes, accounting users, Disclosure Theory, Informational Asymmetry**Resumo**

Em virtude das mudanças e a necessidade de adequação das normas às práticas contábeis, a contabilidade tem sido aprimorada constantemente. Os relatórios contábeis, possibilitam avaliar a performance das organizações e são utilizados como instrumento fundamental para tomada de decisão. Diante disso, o International Accounting Standards Board, responsável por emitir normas contábeis internacionais, emitiu em 2019 o Exposure Draft propondo alterações na estrutura atual da Demonstração do Resultado do Exercício, com o objetivo de evidenciar de forma mais clara o resultado operacional das empresas. Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo entender a percepção de investidores, gestores e preparadores das demonstrações contábeis frente às mudanças na estrutura da DRE propostas pelo IASB, às quais buscam padronizar principalmente os subtotais apresentados na demonstração, a fim de permitir maior clareza dos dados apresentados aos investidores e gestores. A Teoria utilizada como base é a Teoria da Divulgação e da Assimetria Informacional, pois elas buscam essa linearidade no momento de divulgação aos diversos usuários da contabilidade. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, a coleta de dados se deu através de um questionário de 8 perguntas, sendo 7 fechadas e 1 aberta, obtendo o retorno de 82 respondentes. Destaca-se que além da interpretação descritiva, para a pergunta aberta utilizamos o software IRAMUTEQ para análise estatística. Conclui-se que os usuários das informações contábeis participantes dessa pesquisa, sejam eles internos como gestores e preparadores das demonstrações, ou externos, como investidores, percebem as alterações na estrutura da DRE propostas pelo IASB como positivas, ressaltando pontos de melhoria na transparência, visibilidade de informações e comparabilidade de dados. Ainda assim, foi identificado que existem percepções negativas, como por exemplo a preocupação com a semelhança na estruturação das atividades como ocorre na DFC.

Palavras-chave: Qualidade da informação, mudanças DRE-IASB, usuários da contabilidade, Teoria da Divulgação, Assimetria Informacional

PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS RELACIONADOS À CONTABILIDADE FRENTE ÀS POSSÍVEIS MUDANÇAS DA ESTRUTURA DA DRE

PERCEPTION OF PROFESSIONALS RELATED TO ACCOUNTING FACING POSSIBLE CHANGES IN THE STRUCTURE OF DRE

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade exerce um papel fundamental nas organizações e para o mercado como um todo. Segundo Gasparetto (2004, p. 109), a contabilidade “é um importante provedor de informações para a avaliação do desempenho empresarial”. Sendo assim, ela é fundamental para a tomada de decisões.

Por sua vez, há muito tempo que Bedford e Baladouni (1962) já apresentavam a contabilidade como sendo um processo de comunicação funcional, em que o profissional da área atua como o responsável pela interpretação dos eventos econômicos de uma organização, e a partir da seleção das informações consideradas relevantes, produz as demonstrações contábeis que irão transmitir uma mensagem sobre a organização, para os mais variados usuários da contabilidade. Nesse mesmo sentido, Lemes e Carvalho (2004), afirmam que a ciência contábil sofre influências em relação a cultura que ela está inserida, logo podemos visualizar diversidades em relação as práticas contábeis.

Tendo em vista essas diferenças nas práticas contábeis entre países com culturas diferentes, foi criado em 1973, o *International Accounting Standards Committee* (IASC), o qual passou por uma reestruturação em 2000, sendo a partir de então denominado *International Accounting Standards Board* (IASB).

Segundo o próprio IASB em seu *website* (IFRS Foundation), com o objetivo de reduzir o número de tratamentos contábeis permitidos no âmbito internacional, passou a elaborar e divulgar normas contábeis internacionais que, até 2003, eram publicadas como *International Accounting Standards* (IAS), e a partir do referido ano são denominadas *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

No Brasil, a adoção das normas contábeis internacionais, teve início a partir de 2007 com a emissão da Instrução da Comissão Valores Mobiliários (CVM) n° 457 em julho daquele ano, além da aprovação e publicação da Lei n° 11.638/07, a qual alterou a Lei n° 6.404/76, entrando em vigor no primeiro dia do ano de 2008.

Desde o início do processo de convergência internacional proposta pelo IASB, as normas contábeis internacionais têm sido alteradas de acordo com a necessidade e percepção dos usuários da informação contábil. Diante desse contexto, o IASB publicou em dezembro de 2019, uma proposta de mudança na estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), em resposta a pesquisas realizadas com investidores.

De acordo com essas discussões, o IASB prevê uma reestruturação das demonstrações contábeis e por consequência uma revisão do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis equivalente a IAS 1, mas é relevante destacar, que o foco deste trabalho é pautado especificamente na mudança da estrutura do DRE.

O objetivo do IASB ao realizar essa revisão, é ter informações divulgadas pelas entidades que sejam comparáveis e que tragam informações relevantes, fidedignas, tempestivas e compreensíveis, dentre outras características qualitativas. Dessa forma, ao definir uma nova estrutura para a DRE, as informações serão divulgadas em um mesmo padrão. Com esta padronização, os investidores terão facilidade em visualizar indicadores de natureza não contábil (também conhecidos como indicadores *non-GAAP*), que terão sua divulgação em notas explicativas. Ademais, conforme explicado por Bernert (2020, p.1) as modificações do IASB “podem introduzir alterações significativas em como muitas entidades apresentam e/ou

divulgam informações financeiras nas demonstrações contábeis, em particular na demonstração do resultado”.

Sendo assim, têm-se o seguinte problema de pesquisa: Os profissionais que se utilizam da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) em suas atividades, tiveram quais percepções em relação à proposta de mudança na estrutura da DRE feita pelo IASB?

Logo, o principal objetivo dessa pesquisa é verificar a percepção de profissionais que fazem uso da contabilidade e das informações geradas por ela, frente às mudanças propostas pelo IASB na estrutura da DRE. Além disso, têm-se como objetivos específicos descrever as principais alterações entre a estrutura do DRE vigente e a proposta elaborada pelo IASB. Analisando essas considerações por meio de questionário, identificando os pontos positivos e negativos levantados pelos profissionais com relação à nova estrutura.

A relevância do tema se justifica pelo impacto que as possíveis mudanças na estrutura da DRE podem trazer, tanto para os profissionais que realizam a elaboração dessa demonstração, quanto para aqueles que fazem a análise de indicadores de desempenho, obtidos através dos dados que a DRE apresenta. Vale ressaltar que, a divulgação das informações contidas na DRE, podem causar impacto nas atitudes tomadas por investidores em relação à empresa a que se refere, podendo alterar seu preço, visibilidade e volume de negociação no mercado como afirma Verrecchia (2001) ao discutir sobre a Teoria da Divulgação. Isso demonstra a importância que esse demonstrativo tem para o mercado como um todo. Adicionalmente, trata-se de um tema novo, pouco explorado em pesquisas acadêmicas, visto a sua recente discussão.

Diante do exposto, o trabalho é dividido em 5 sessões. Inicialmente temos essa sessão, que se refere a introdução, seguida do referencial teórico, metodologia, análise dos dados e por fim, a conclusão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, ou relatórios financeiros, são os produtos finais do trabalho da contabilidade, elaboradas para cumprir o propósito de fornecer informações relevantes aos seus usuários e para atender a legislação societária. Conforme o CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (2019), esses relatórios financeiros providos pela contabilidade têm como objetivo fornecer informações financeiras sobre a entidade que os divulga, a fim de que os fornecedores, credores e possíveis investidores tenham condições de avaliar se a entidade possui recursos a ofertar para o mercado.

A contabilidade realiza a coleta de dados econômicos, efetua os registros e disponibiliza os resultados em relatórios utilizados nas empresas para que, de posse deles, o gestor avalie o desempenho do negócio e seja capaz de tomar decisões que contribuam para a sua perenidade. As demonstrações contábeis oferecem respaldos e diretrizes para uma tomada de decisão mais eficaz (MARION, 2018).

Para Iudícibus (2015) a contabilidade evolui à medida em que também evolui a necessidade que o homem possui de acompanhar o crescimento de seu patrimônio. Graças ao surgimento do capitalismo, esta ciência cresceu e ganhou reconhecimento, uma vez que é nas economias de mercado que a contabilidade possui maior relevância. Já se verifica que, em países com grau de desenvolvimento econômico, social e político, a contabilidade torna-se uma ferramenta mais eficaz de gestão.

O CPC 00 (R2) ainda determina que o uso das demonstrações contábeis provém informações sobre os bens que uma empresa dispõe e quanto a entidade possui de reivindicação contra ela. Essas informações fornecem uma base para tomada de decisão de usuários quanto a compra, venda ou permanência de instrumentos patrimoniais (ativos) ou instrumentos de dívida

(passivos), concessão e liquidação de empréstimos, e mesmo a execução de direito de voto ou qualquer modo de influência dentro de uma entidade de modo a afetar sua geração de recursos.

Assaf Neto (2015) estabelece que a análise das demonstrações financeiras depende de alguns fatores, tais como a qualidade do relatório que foi feito pela contabilidade (no que diz respeito confiabilidade das informações prestadas), avaliação do nicho de mercado no qual a entidade participa ativamente, o modelo de contabilização (regras aplicadas as contas contábeis da entidade e que serão uteis para interpretação dos relatórios), e a visão dos profissionais que analisam as demonstrações, que também influencia em como a informação extraída do relatório financeiro será interpretada – mesmo analistas que se utilizam dos mesmos dados para fazer uma análise, podem chegar a conclusões totalmente diferentes sobre os mesmos fenômenos.

Os relatórios contábeis têm um papel importante para seus usuários externos, visto que através destes é possível que qualquer administrador ou investidor avalie a situação de uma entidade antes da tomada de decisão. Segundo Lins e Francisco Filho (2012, p.130) as demonstrações contábeis fornecem “subsídios no âmbito interno, na área gerencial, na assessoria e na administração. Já no âmbito externo, age no mercado de capitais e influencia as decisões de analistas e investidores”.

Desta forma, além das demonstrações contábeis permitirem uma visão clara da performance de uma empresa aos seus usuários para tomada de decisão, é também capaz de auxiliar no monitoramento de investimentos, resultados obtidos, garantindo um desempenho mais lucrativo, e controle das obrigações para as empresas, facilitando a obtenção de crédito no mercado.

Conforme previsto no CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (2011), as demonstrações contábeis de uma empresa são: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas.

Em que pese a relevância e o direcionamento que cada demonstrativo apresenta, o enfoque do trabalho está voltado para a DRE. Dessa forma, esse demonstrativo apresenta a situação financeira e o fluxo das operações durante um determinado período. Martins (2019) explica que a DRE permite avaliar sobre as tendências de receitas, custos e despesas da entidade, permitindo calcular índices de rentabilidade e principalmente verificar sobre a performance da entidade de acordo com as normas contábeis.

É relevante destacar que a contabilidade é elaborada com base no princípio da competência, ou seja, as transações são registradas contabilmente independente do recebimento ou pagamento daquela situação e sim de acordo com o período em que ocorrem (IUDÍCIBUS, 2015; MARION, 2018). Para suprir essa norma e para que os usuários da informação contábil identifiquem as diferenças entre competência e caixa, tem-se a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que é o relatório através do qual é possível verificar a variação das contas de entrada e saída de dinheiro, e a origem e aplicação desses recursos, considerando um determinado período. Esse demonstrativo, diferente dos demais, é elaborado na sistemática caixa, logo considera-se apenas o que efetivamente foi recebido e pago. Desse modo, a DFC permite uma análise mais assertiva quanto a real performance da empresa, pois pode-se comparar o lucro contábil da DRE, com o efetivo reflexo no caixa.

As Demonstrações Contábeis são exigidas conforme a legislação societária, Lei 6.404/76, tendo como objetivo principal a transparência das informações aos usuários uma vez que estas representam a performance econômica e financeira de uma empresa, podendo influenciar significativamente na tomada de decisão e afetar positivamente ou negativamente os resultados dos acionistas.

Para Iudícibus (2018, p.187), a DRE é a principal demonstração de fluxos, sendo “[...] a expressão máxima, juntamente com o Balanço Patrimonial, da evidenciação contábil emanada aplicação criteriosa dos procedimentos de escrituração e ajuste [...]”. Ele ainda afirma que a

DRE tem um poder preditivo significativo, pois descreve as causas do aparecimento de um resultado não apenas em uma posição estática no tempo, como o Balanço Patrimonial, mas de um exercício inteiro. Nesse sentido, Costa et al. (2016) destacam que por meio da análise da DRE, é possível estabelecer novas diretrizes dentro de uma entidade visando maximizar o uso dos recursos e obter melhor resultado nos períodos que se seguem. É um demonstrativo de extrema importância, presente em todos os tipos de empresa e utilizado por vários tipos de usuários.

E mais, a DRE fornece aos seus usuários o resultado do quanto a empresa foi capaz de gerar receita, o quanto gerou de despesas relacionadas a sua atividade e o financiamento da mesma, separando em suas linhas as despesas operacionais, financeiras e tributárias, provendo informações relevantes sobre sua performance, para que se calcule importantes medidas de desempenho, como por exemplo o *Earnings Before Interest and Taxes* (EBIT), que se refere ao Lucro antes dos Juros e Imposto de Renda (LAJIR) e *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization* (EBITDA), que em português corresponde ao Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA), conforme explica Bruni (2014).

No Brasil, existem duas diretrizes para a elaboração da DRE. Uma é a descrita na Lei 6.404/76 (Lei das S/As), e a outra é a apresentada no pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (2011), que é tradução da IAS 01, a qual relata sobre a Apresentação das Demonstrações Contábeis. Apesar da conciliação entre a lei e a norma, a elaboração da DRE é solicitada de forma distinta ao comparar as diretrizes da lei e da norma CPC.

2.2 Estrutura atual da DRE conforme CPC 26 / IAS 01

A estrutura da DRE utilizada atualmente em âmbito internacional, está descrita no IAS 01, traduzido como CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, divulgado em dezembro de 2011, no Brasil.

Como já mencionado, o CPC 26 (R1) trata não apenas da DRE, mas de todas as demonstrações contábeis a serem elaboradas por uma entidade. A estrutura da DRE é apresentada a partir do item 81 do referido pronunciamento, e deve conter, no mínimo, as seguintes rubricas de acordo com o item 82: Receitas; Desreconhecimento de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; Custo de financiamento; Resultado de Equivalência Patrimonial; Tributos sobre o lucro; Resultado de operações descontinuadas; e Resultado Líquido do Período, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 - DRE conforme CPC 26 (R1)

Receita
(+/-) Desreconhecimento de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado
(-) Custo de financiamento
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial
(-) Tributos sobre o lucro
(+/-) Resultado de operações descontinuadas
(=) Resultado Líquido do Período

Fonte: CPC 26 (R1)

Além das rubricas citadas, o CPC 26 (R1) traz em seu item 85, que as entidades podem apresentar outras contas caso sejam relevantes para a compreensão de seu desempenho, desde que os seus valores sejam mensurados e reconhecidos de forma adequada conforme os demais pronunciamentos do CPC. Além disso, quando apresentados, devem ser nomeados de forma clara e compreensível, consistentes de período a período e não devem ser apresentados com maior destaques do que os subtotais e totais mínimos obrigatórios.

Outro destaque relevante é que o CPC 26 (R1) referente a DRE, permite que as empresas façam uma escolha contábil em relação a forma de apresentação desse demonstrativo. Nesse sentido, o DRE pode ser classificado por natureza das despesas ou por função na entidade, sendo que a escolha por um dos dois métodos deve ser realizada considerando aquele que fornecerá informações mais confiáveis e mais relevantes a seus usuários. Todavia é fato que a elaboração por natureza da despesa, é mais simples, pois não se considera os gastos por função. E mais, a apresentação por função da despesa permite um melhor detalhamento aos usuários, mas também podem ocorrer segregações tendenciosas, conforme explicam Gelbcke et. al (2018).

Aliás, “pelo fato de a informação sobre a natureza das despesas ser útil para a previsão de futuros fluxos de caixa, o CPC 26 exige a divulgação adicional quando for usada a classificação com base no método da função das despesas” (GELBCKE et. al, 2018, p.72-73).

Posto essas explicações, a DRE pode ser apresentada por natureza da despesa, ou seja, as despesas e custos são associadas de acordo com sua natureza, por exemplo, depreciações, compras de materiais, despesas com transporte, benefícios aos empregados e despesas de publicidade, considerada mais específica. Já o método por função na entidade, as despesas e custos, são apresentados de acordo com sua função, considerada mais genérica, com informações mais agregadas, assim visualizamos na DRE o custo dos produtos vendidos, as despesas administrativas, entre outras. Assim sendo, a Lei 6.404/76 apresenta em seu artigo 187 uma outra estrutura para a DRE:

Quadro 2 – DRE conforme Lei 6.404/1976

Receita Operacional Bruta
(-) Devolução de Vendas
(-) Impostos e Contribuições incidentes sobre Vendas
(-) Descontos e abatimentos
(=) Receita Operacional Líquida
(-) Custo das Mercadorias Vendidas/Custo dos Produtos Vendidos/Custo dos Serviços Prestados
(=) Lucro Bruto
(-) Despesas com Vendas
(-) Despesas Administrativas
(-) Despesas Gerais
(-) Despesas Financeiras
(-) Despesas Financeiras
(+) Receitas Financeiras
(+/-) Outras Receitas ou Despesas Operacionais
(=) Lucro ou Prejuízo Operacional
(+/-) Outras Receitas ou Despesas
(=) Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social
(-) Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social
(=) Resultado antes das Participações
(-) Participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias
(=) Resultado Líquido do Exercício

Fonte: Lei 6.404/76

Verifica-se ao comparar a estrutura da DRE no CPC 26 que ela se inicia pela receita líquida, enquanto as determinações do artigo 187 da Lei das S/As, temos o início pela receita operacional bruta, bem como a abertura dos tributos envolvidos com a venda ou prestação de serviço. Destaca-se que a legislação brasileira determina à apresentação por função, Stanzani e

Nakao (2020, p.43) lembram que tal determinação acaba por resultar em uma “escolha predefinida para todas as empresas brasileiras, não sendo permitido, assim, que estas façam a apresentação da DRE com as despesas segregadas por natureza”.

Vale ressaltar ainda que o modelo com base na Lei 6.404/76, é utilizado apenas no Brasil, fazendo parte do chamado *Generally Accepted Accounting Principles in Brazil* (BRGAAP), que nada mais é que do que o padrão de princípios contábeis mais aceitos e utilizados no Brasil. Porém, quando se observa o âmbito internacional, o modelo da DRE utilizado é o descrito no CPC 26 (R1) e é esse que o IASB pretende alterar.

Posto os esclarecimentos necessários sobre a DRE e com base na evolução frente as necessidades dos usuários da informação contábil, em 2015, o IASB realizou consultas e pesquisas com investidores, identificando que, apesar de o CPC 26 (R1) trazer algumas rubricas mínimas, não discorre sobre totais e subtotais específicos que devem ser apresentados na DRE, deixando lacunas em sua estruturação.

Diante desse cenário, a partir de 2016, o IASB passou a discutir e desenvolver uma proposta de mudança da DRE para sanar essas lacunas existentes. O resultado dessas discussões foi a publicação feita pelo IASB no quarto trimestre de 2019, do “*Exposure Draft: General Presentation and Disclosures*”, que apresenta uma proposta de mudanças na estruturação da DRE em alguns itens-chave, sobre as quais discutiremos a seguir.

2.3 Nova Estrutura da DRE proposta pelo *Draft* do IASB

No *Draft* publicado, o IASB faz a segregação do DRE em categorias, estabelecendo a partir delas, subtotais obrigatórios. As categorias são: Operacional, Coligadas e *Joint Ventures* integrais, Investimento e Financiamento. Ao realizar essa segregação, é exigido que as entidades façam a alocação de suas receitas e despesas de forma que se adequem a cada uma das categorias, permitindo com que os investidores possam observar com mais clareza o tipo de atividade que origina o desempenho da entidade.

Por consequência dessa nova categorização, alguns subtotais passam a serem obrigatórios. O primeiro deles, é o “Lucro Operacional”, o qual já era comumente utilizado pela grande maioria das entidades, mas ainda assim não era totalmente presente, pois, segundo relatado no *Webinar* realizado em 25 de março de 2020 no canal do *YouTube* da *IFRS Foundation* sobre o *Exposure Draft*, foi feita uma pesquisa em 100 empresas, e apenas 63 apresentaram esse subtotal. De acordo com o IASB, irão compor esse subtotal, receitas e despesas advindas dos investimentos feitos no decorrer do principal negócio da entidade, e receitas e despesas decorrentes das operações de financiamento realizadas pela entidade à terceiros, caso essa seja o seu principal negócio.

O segundo subtotal, é o “Lucro Operacional e Resultado de Equivalência Patrimonial de Coligadas e *Joint Ventures* Integrais”, que diz respeito ao Lucro Operacional anteriormente descrito, acrescido do resultado dos investimentos em coligadas e *Joint Ventures* integrais, logo, a entidade precisa segregar e classificar seus investimentos permanentes como integrais e não integrais de forma a cumprir o estabelecido no CPC 18 R2 (2012), que trata de Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Diante desse segundo subtotal é necessário a explicação de alguns itens que englobam esse tópico. Nesse sentido, resultado de equivalência patrimonial de acordo com a instrução CVM nº 247 (1996, p.01) “corresponde ao valor do investimento determinado mediante a aplicação da percentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido de cada coligada, sua equiparada e controlada”. Em complemento à definição anterior, o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, traz a definição de Método de Equivalência Patrimonial como sendo a contabilização “por meio do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e, a partir daí, é ajustado para refletir a alteração pós-aquisição na participação do investidor sobre os ativos líquidos da investida”.

Por sua vez, ainda de acordo com o CPC 18 (R2), entidades coligadas são aquelas “sobre a qual o investidor tem influência significativa”, isto é, “o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas”. Por fim, *Joint ventures*, termo em inglês para Empreendimento Controlado em conjunto, de acordo com o CPC 18 (R2) “é um acordo conjunto por meio do qual as partes, que detêm o controle em conjunto do acordo contratual, têm direitos sobre os ativos líquidos desse acordo”.

Em continuidade as sugestões de alteração do DRE, temos o terceiro subtotal que será o “Lucro antes de financiamento e imposto de renda”, que engloba todos os valores já citados anteriormente, acrescido de receitas e despesas de demais investimentos, como por exemplo resultado de equivalência patrimonial de coligadas e joint ventures não-integrais e receitas de dividendos.

Após esse último subtotal, têm-se a categoria de financiamento, que são as receitas e despesas incorridas de caixa e equivalentes de caixa, ou de passivos originados por atividades de financiamento. Em seguida têm-se o “Lucro antes do Imposto de Renda”, as despesas com imposto de renda, e por fim o “Lucro do Exercício”.

Abaixo elaboramos um quadro apresentando essa nova estrutura do DRE que está sendo discutida pelo IASB. Em seguida evidenciamos as divisões dos subtotais explicados anteriormente:

Quadro 3 – DRE discussões IASB

Receitas
Outras Receitas
Variações em estoques de produtos acabados e em elaboração
Matérias-primas e materiais de consumo
Despesas com benefícios e empregados
Despesas de depreciação
Despesas de amortização
Honorários profissionais e outras despesas
Lucro operacional
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e JVs integrais
Lucro operacional e resultado de equivalência patrimonial de coligadas e JVs integrais
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e JVs não-integrais
Receita de dividendos
Lucro antes do financiamento e imposto de renda
Despesas de atividades de financiamento
Reversão de desconto sobre passivos de planos de pensão e provisões
Lucro antes do imposto de renda
Imposto de renda
Lucro do Exercício

Fonte: IASB (2019)

Conforme explicado anteriormente e analisado do quadro acima, podemos observar os subtotais, a saber: (i) Lucro Operacional, (ii) Lucro Operacional e resultado de equivalência patrimonial de coligadas e JVs integrais, (iii) Lucro antes do financiamento e imposto de renda, (iv) Lucro antes do imposto de renda e (v) Lucro Exercício.

Bernert (2020) ressalta ainda que as mudanças propostas podem trazer uma melhoria na desagregação e análise das despesas operacionais, proporcionando uma apresentação mais clara das despesas, sem que haja muitos itens agregados em uma única conta, além de mais transparência e orientação no uso de medidas gerenciais de desempenho, (como EBIT ou

EBITDA), divulgando em nota explicativa a relevância destes indicadores gerenciais e como eles foram calculados.

Com essa nova estrutura, o IASB visa alinhar as classificações da DRE das entidades que seguem os padrões internacionais, de forma a padronizá-la e facilitar as análises realizadas pelos investidores. Um dos objetivos do IASB é diminuir a assimetria informacional que existe atualmente, pois conforme discorrido não há uma estrutura definida para a apresentação do DRE.

2.4 Teoria da Divulgação e da Assimetria Informacional

As demonstrações contábeis são de extrema relevância para a tomada de decisão, servindo como norte, tanto para os investidores na alocação de seus recursos, quanto para gestores e administradores nas tomadas de decisões internas da entidade. Dessa forma, a preocupação com a qualidade das informações divulgadas é constante nos trabalhos do IASB, e isso também é discutido nas Teorias da Divulgação e da Assimetria Informacional.

Segundo Verrecchia (2001), não existe uma teoria unificada sobre a divulgação e, portanto, foram realizadas pesquisas sobre a divulgação abordando três principais categorias: (i) divulgação baseada em associação, (ii) julgamento e (iii) eficiência. Na primeira, o autor diz que a divulgação das informações de uma empresa, tem impacto nas atitudes tomadas pelos investidores em relação a ela, podendo alterar seu preço, visibilidade e volume de negociação no mercado. Na segunda, a abordagem é endógena, tratando de como os gestores da empresa decidem divulgar certas informações, e o que eles esperam como retorno. Na terceira, é estudada sobre os modelos de divulgação, e qual deles é o preferido dentre os investidores, sendo um estudo anterior à divulgação.

No final de sua pesquisa, Verrecchia (2001) conclui que para que a divulgação seja eficiente, e incentive o investidor na pesquisa sobre a empresa, e eventual investimento nela, é de extrema importância que se tenha uma redução na assimetria informacional, pois ela inibe o investimento, dificultando o envolvimento da empresa nas atividades que ela propôs em primeiro lugar.

Como citado por Verrecchia (2001) é relevante discutir sobre a essência da Teoria da Assimetria Informacional. Essa teoria, demonstra quando, em uma relação entre dois ou mais agentes, um deles possui mais informações do que o outro, ou ainda informações de maior qualidade. Ela pode ser tanto externa, quando um investidor possui informações de pouca qualidade, levando-o a alocar seus recursos de forma pouco eficiente no mercado, ou ainda interna, levando a um conflito de agência entre o agente e o principal, como por exemplo o gestor e o proprietário de um negócio respectivamente (SANTOS, 2017).

Hendriksen e Van Breda (1999) ainda destacam que essa disparidade no conhecimento das informações dentro de uma entidade, está relacionada à duração do negócio, tendo em vista que para que exista um bom funcionamento dos negócios da empresa, tanto o agente na posição de gestor das operações do dia a dia, quanto o proprietário que em última instância toma as decisões que dão rumo à empresa, devem estar alinhados e com a mesma base de informações.

Dessa forma, um dos objetivos do IASB de realizar as alterações na estrutura da DRE, é justamente permitir que as informações divulgadas nessa demonstração, sejam mais claras e fáceis de serem interpretadas, buscando assim reduzir a assimetria informacional, trazendo a essência da Teoria de Divulgação.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa é classificada como descritiva, pois conforme definido por Michel (2015), ela não interfere no ambiente da pesquisa, apenas descreve e explica o fenômeno estudado; e seu método é qualitativo, por ser um meio de verificar o significado que um grupo atribui ao problema estudado (CRESWELL, 2010).

Para responder a problemática, foi elaborado um questionário, que é definido por Lakatos e Marconi (2017, p. 218) como “(...) um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Utilizou-se da ferramenta de formulários do *google* para a sua elaboração, o qual continha oito perguntas, sendo sete com opções fechadas e uma aberta. As quatro primeiras perguntas tinham como objetivo conhecer em que contexto os respondentes estavam inseridos, e de que forma eles estavam relacionados com o tema estudado. As indagações restantes, tinham como objetivo compreender a opinião dos mesmos sobre o tema.

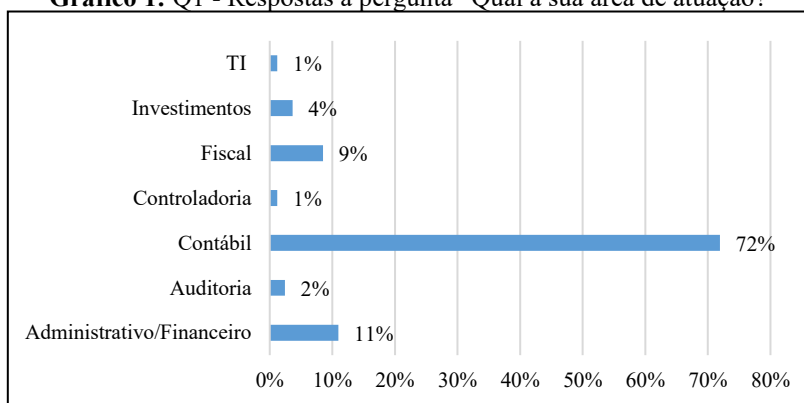
O questionário ficou disponível de 17 de março até 30 de abril de 2021, obtendo um total de 82 respostas. A disponibilidade do link para o questionário foi divulgada no meio acadêmico em turmas de mestrado e doutorado profissional da área contábil, que tem como alunos profissionais atuantes no mercado. A divulgação também ocorreu em um *Webinar* denominado Encontro de Profissionais e Acadêmicos de Contabilidade (EPAC) realizada pelo Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (SINDICONT-SP) em parceria com a Universidade Presbiteriana Mackenzie no dia 29/04/2021, e através da abordagem direta a profissionais de contabilidade e áreas afins através do LinkedIn (rede social de negócios).

Realizou-se também, com a questão aberta, a organização dessas respostas em blocos textuais para submissão à análise estatística da ferramenta IRAMUTEQ, um software gratuito e desenvolvido sob a lógica de *open source* e ancorado no ambiente estatístico do *software R* na linguagem de programação *python*. Com este *software*, realizou-se uma análise de dados textuais de modo a obter uma frequência de palavras e uma análise de similitude com viés estatístico.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Entre os 82 respondentes da pesquisa, 62 atuam na área contábil, de auditoria e controladoria, representando 75% do público atingido. Os demais respondentes eram de diferentes áreas, a saber: 9 profissionais de áreas administrativas e financeiras (11%), 7 da área fiscal (9%), 3 profissionais que trabalham com investimentos (4%) e, por fim, 1 profissional da tecnologia da informação (1%).

Gráfico 1: Q1 - Respostas à pergunta “Qual a sua área de atuação?”

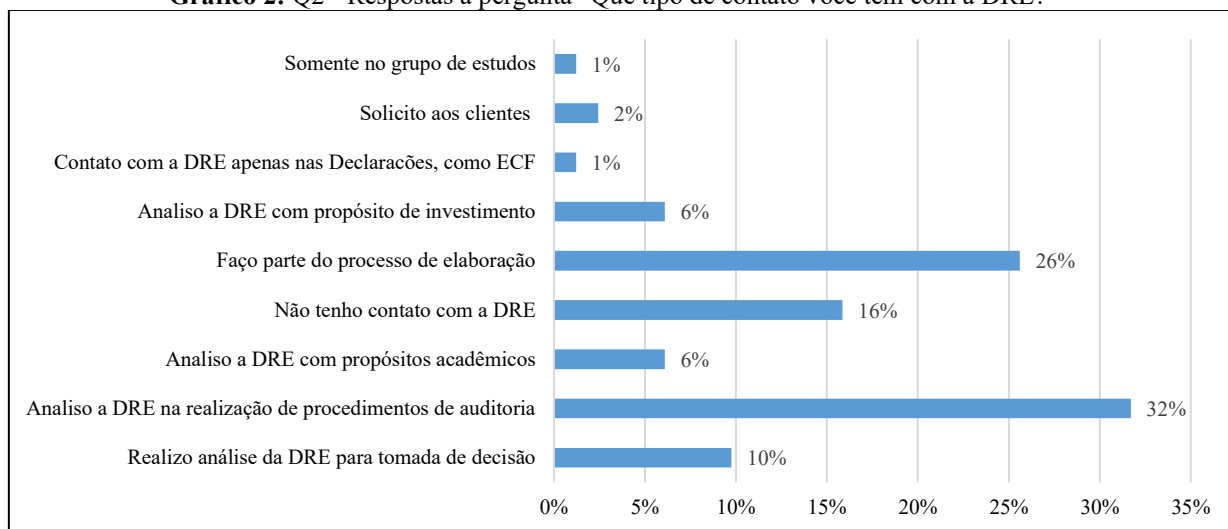


Fonte: Os autores.

Em complemento a isso, 26 respondentes, que representam 32% do total, afirmaram analisar a DRE com finalidade de auditá-la, 21 deles (26%) fazem parte do processo de sua elaboração, enquanto os demais ficaram distribuídos entre análise para fins de tomada de decisão (8 respostas, 10%), análise para fins de investimento (7 respostas, 6%), para fins acadêmicos (6 respostas, 6%), para entrega de declarações acessórias (1 resposta, 1%) e, por

fim, 13 respondentes (16%) afirmaram não ter contato com a DRE, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Q2 - Respostas à pergunta “Que tipo de contato você tem com a DRE?”



Fonte: Os autores.

A questão 3, buscou compreender como os respondentes tiveram conhecimento sobre as mudanças do DRE propostas pelo IASB. A maior parte dos respondentes (48 ao todo, representando aproximadamente 59% do total) já tinham conhecimento prévio das mudanças na estrutura da DRE propostas pelo IASB, o qual obtiveram por meio de diversas fontes, como por exemplo órgãos relacionados à classe contábil como Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), SINDICONT e IASB, no próprio local de trabalho, nas universidades e até em redes sociais.

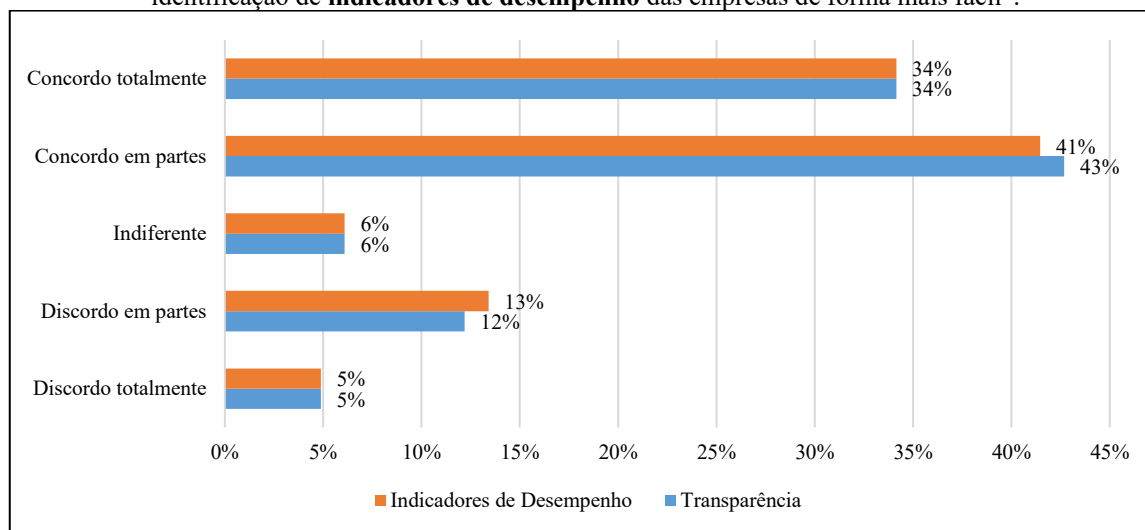
Ainda assim, muitos dos respondentes, 41%, não tinham conhecimento sobre estas mudanças ou apenas souberam do assunto, quando estavam respondendo esta pesquisa. Foi observado ainda que 57 respondentes (70%) consideram as mudanças na estrutura da DRE como sendo relevantes para o meio contábil, e 25 respondentes (30%) não consideram relevantes, ou ainda não têm conhecimento suficiente para opinar, esse resultado refere-se a questão 4, que questionou aos participantes sobre a relevância das alterações na DRE.

As questões 5 e 6 buscaram compreender a percepção dos respondentes quanto ao atingimento dos objetivos do IAS em alterar a DRE. No questionário, para estas perguntas foram apresentadas duas Demonstrações de Resultado do Exercício com valores hipotéticos, uma com base nos parâmetros atualmente estabelecidos pelas normas internacionais (CPC 26 – R1), e outra conforme divulgado pelo IASB como possível estrutura a ser adotada.

Em seguida, foi solicitado que os respondentes, avaliassem as seguintes afirmativas: “A mudança na estrutura da DRE tem como objetivo, segundo o IASB, apresentar um resultado mais transparente em relação à performance da atividade principal” e “A mudança na estrutura da DRE vai cumprir o objetivo do IASB que é permitir a identificação de indicadores de desempenho das empresas de forma mais fácil”. Como opções de resposta, foi colocado um espectro que partia de “Discordo Totalmente” até “Concordo Totalmente”.

Levando em consideração que ambas as afirmativas se referem ao objetivo do IASB em propor as alterações, os percentuais das respostas obtidas foram similares, sendo aproximadamente 75% dos respondentes concordando totalmente (34%) e em partes (43%), que a nova estrutura trará mais transparência quanto ao resultado operacional (performance da atividade principal da empresa) e aos indicadores de desempenho, enquanto aproximadamente 18% dos respondentes discordam, totalmente (5%) e em partes (13%), sobre a questão colocada. Além disso, 5 respondentes (6%) mostraram-se indiferentes.

Gráfico 3: Q5 - Respostas à afirmativa “A mudança na estrutura da DRE tem como objetivo, segundo o IASB, apresentar um resultado mais **transparente** em relação à performance da atividade principal” e Q6 - Respostas à afirmativa “A mudança na estrutura da DRE vai cumprir o objetivo do IASB que é permitir a identificação de **indicadores de desempenho** das empresas de forma mais fácil”.



Fonte: Os autores.

A questão 7 foi uma questão aberta não obrigatória, sendo assim temos um corpus geral constituído por 55 textos referente aos pontos positivos e negativos da nova estrutura da DRE em relação a qualidade da informação contábil das empresas. A interpretação dessa questão foi promovida com a utilização do *software* IRAMUTEQ, que segregou as percepções dos respondentes em 34 segmentos de texto (ST), com o aproveitamento de 31 segmentos, representando 91,18% do corpus textual analisado. Além disso, registramos 1.145 ocorrências, ou seja, palavras, formas ou ainda vocabulários, sendo 461 palavras distintas e 313 com uma única ocorrência

Após essa primeira leitura estatística, analisamos as palavras mais utilizadas pelos respondentes, a chamada Classificação Hierárquica Descendente (CHD), na qual se destacam as palavras com maior frequência, permitindo perceber o campo comum ou mais consensual para o grupo social estudado (CAMARGO e JUSTO, 2013).

Nesse sentido, destacamos em primeiro lugar a palavra “maior”, com 18 indexações. Ao analisar as respostas, verifica-se que esse adjetivo ou substantivo de dois gêneros, relacionou-se com expressões demonstrando que as alterações da DRE trarão maior facilidade, maior clareza de informações, maior transparência, maior comparabilidade, entre outras, sempre relacionadas a pontos positivos que demonstram a maximização de utilização do DRE.

Com 11 apontamentos, temos um empate com as palavras “demonstração, empresa e mudança”, demonstrando que o demonstrativo contábil das entidades sofrerá mudanças com as alterações promovidas pelo IASB. Por sua vez, a palavra “negativo” teve uma frequência de 10 indexações. Novamente, analisando as respostas podemos afirmar que o adjetivo negativo indicado pelos respondentes, está relacionado a semelhança da nova estrutura com o Demonstrativo de Fluxo de Caixa, que também classifica as atividades das empresas entre operacionais, de investimento e de financiamento. Uma das principais preocupações dos respondentes é com relação à confusão que os usuários das informações contábeis podem ter entre o DRE e o DFC. Todavia, mesmo com as semelhanças, as propostas dos demonstrativos são diferentes, e podem ser erroneamente interpretados por pessoas que não conhecem à fundo as suas respectivas funções para a tomada de decisão, pois segundo Bruni (2014) a DRE fornece aos seus usuários o resultado do quanto a empresa foi capaz de gerar receita, o quanto gerou de

despesas relacionadas a sua atividade e o financiamento dela. Por outro lado, Martins (2019) destaca que a DFC demonstra especificamente a variação do caixa, isto é, entrada e saída de dinheiro. Além disso, como já discutido, a DRE é elaborada na sistemática competência, enquanto a DFC, pelo método caixa.

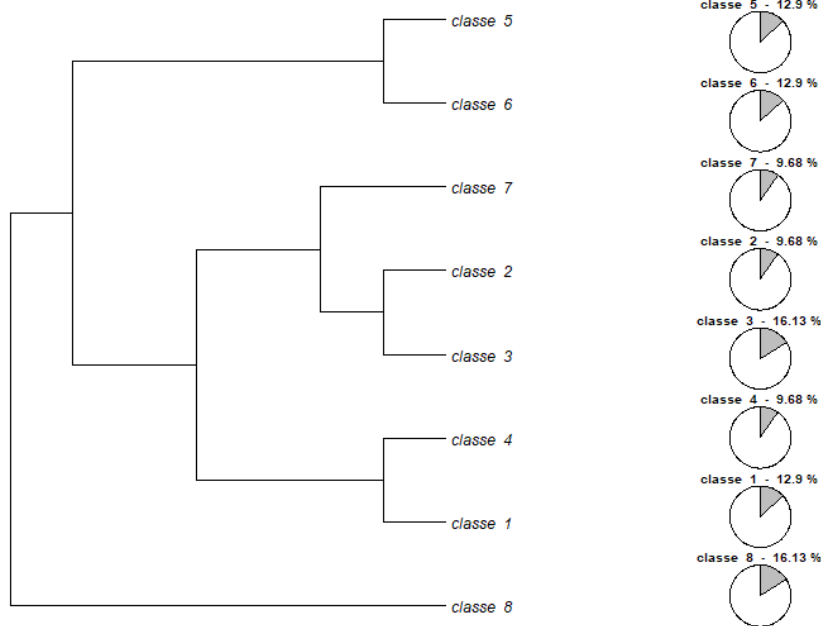
Outra associação negativa apresentada pelos respondentes, diz respeito a percepção de que empresas de maior porte e maior complexidade ainda farão uma “customização” da demonstração, de forma que esses resultados ainda não poderão ser completamente comparáveis entre empresas do mesmo segmento. Além disso, foi ressaltado que alterações tão relevantes quanto as propostas pelo IASB, demandam tempo para se estabelecerem no mercado, tanto em questões de parametrização dos sistemas contábeis que realizam a elaboração da DRE, quanto no âmbito de habituação dos profissionais em assimilar a abordagem da nova estrutura.

O principal desafio é adequar corretamente as atividades das empresas dentro da nova categorização, principalmente levando em consideração que os profissionais brasileiros, além de preparar a DRE de acordo com a estrutura do CPC 26 (R1), precisam elaborá-la nos moldes da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), a qual apresenta uma estrutura diferente das normas internacionais já na atualidade. Logo, havendo a confirmação na alteração da estrutura da DRE, a defasagem entre lei e normas internacionais será ainda maior.

Em relação a “transparência”, indicada também 10 vezes nas respostas coletadas, demonstram que as mudanças na estrutura da DRE podem diminuir problemas como da assimetria informacional, que segundo Santos (2017) se dá quando, em uma relação entre dois ou mais agentes, um deles possui mais informações do que o outro, ou ainda informações de maior qualidade. Os respondentes possuem essa percepção, pois acreditam que essas modificações resultarão em informações (frequência de 9 indicações) mais claras, que vão melhorar a estrutura (8), as informações operacionais (8) serão mais bem divulgadas, facilitando a análise (7), comparabilidade (4) tanto para a área financeira (6) quanto para os investidores (6).

O programa também segregou as palavras indicadas pelos respondentes em classes, apresentando 8 classes ao total, conforme se verifica na Figura 1. Apesar das 8 classes apresentadas, verificamos uma conexão entre elas e podemos classificá-las em ramificações. Por exemplo, a ramificação A, tem como foco a classe 8, a ramificação B que abarca a classe 5 e 6, mas também inclui a classe 1, 4, 3, 2 e 7, podendo denominá-la de ramificação C, do corpus total em análise.

Figura 1 – Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: IRUMATEQ

As segregações em classe foram assim compostas pelo programa IRUMATEQ:

Tabela 1 – Palavras agregadas por classe

Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8
4ST	3ST	5ST	3ST	4 ST	4 ST	3 ST	5 ST
Trazer	Ficar	Facilitar	Informa	Como	Ponto	Empresa	Falta
Operacional	Mais	Principal	Diferença	Negativo	Estrutura	Novo	Ver
Investimento	Mudança	Mais	Atualmente	Mesmo	Negativo	Financeiro	Financeiro
Detalhamento	Informação	Demonstração	Atividade	Ponto	Novo	Maior	Contábil
Maior	Transparência	Despesa	Maior	Facilidade	DFC	Transparência	Não
Demonstração	Facilidade	Investidor	DFC	Alteração	Gerar	Diferença	DRE
Informação	Decisão	Ficar	Analisar	Atividade	Forma	Demonstração	Mudança
Usuário	Analisar	Investimento	Usuário	Empresa	Como	Demonstrar	Análise
Despesa	Período	Decisão	Relação	Demonstrar	Detalhamento	Receita	Alteração
Forma	Comparabilidade	Atualmente	Contábil	Claro	Adaptação	Comparabilidade	Adaptação
Mais	Resultado			Período	Atividade	Usuário	Atualmente
Facilidade				Comparabilidade	Não	Despesa	
Diferença					Claro	Gerar	
Decisão					Mesmo	Facilitar	
Alteração					Resultado		
Adaptação							
Transparência							
DFC							

Fonte: IRUMATEQ

Ao visualizar as palavras que formam as classes segregadas pelo IRUMATEQ, é possível entender o desenho do dendrograma apresentando na figura 1 e o porquê das ramificações apresentadas, tal situação ocorre porque muitas palavras se repetem em cada uma das classes, justificando assim essa anexação. Outra análise desenvolvida no IRUMATEQ, foi a Análise de Similitude, tal ferramenta é apresentada através de um grafo que representa a ligação entre palavras do corpus textual

como gestores e preparadores das demonstrações, ou externos, como investidores, percebem as alterações na estrutura da DRE propostas pelo IASB como positivas, ressaltando pontos de melhoria na transparência, visibilidade de informações e comparabilidade de dados entre períodos e companhias que a nova estrutura obrigatória trará para as empresas.

Ainda assim, foi identificado que existem percepções negativas, como por exemplo o período de adaptação à nova norma e os recursos que serão demandados no processo, além de se mostrarem preocupados com a semelhança na estruturação das atividades como ocorre na DFC, o que poderá causar confusão em quem se utiliza dos demonstrativos para tomada de decisão e não tem conhecimento contábil profundo a ponto de discernir a função de cada uma delas separadamente.

Levando em consideração o estágio em que se encontra o projeto do IASB de emissão da nova norma, promovendo as alterações descritas neste trabalho, isto é, em fase de revisão da proposta inicial após ter recebido *feedback* dos usuários da contabilidade, é recomendado que essa pesquisa seja replicada após a implementação da nova norma, pois os profissionais da área contábil terão conhecimento mais profundo sobre as alterações, além do fato de que formarão opiniões mais concretas por estarem trabalhando na prática com a nova estrutura, podendo criar com mais clareza um paralelo com o que era antes da norma. Outra sugestão de pesquisa, após a implementação da nova estrutura da DRE, é verificar se, na prática, há uma confusão de interpretação entre a DRE e a DFC.

Referências

- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro**, 11ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.
- BEDFORD, N. M.; BALADOUNI, V. A Communication Theory Approach to Accountancy. **The Accounting Review**, [s.l.], vol. 37, no. 4, p. 650–659, outubro de 1962.
- BERNET, Tiago. **Uma nova apresentação das Demonstrações Contábeis**. 11 de Fevereiro de 2020.
- BRASIL. Lei nº 11.638, 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da lei nº 6.404/76, e da lei nº 6.385/76
- BRUNI, Adriano Leal. **A análise contábil financeira**, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- CAMARGO B.V, JUSTO A.M. **IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais**. Temas em Psicologia 2013; 21(2):513-518.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Instrução nº 247**, de 27 de março de 1996. Dispõe sobre a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, para o pleno atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.
- _____. **Instrução nº 457**, de 13 de julho de 2007. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo IASB.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Apresentação das Demonstrações Contábeis**. CPC 26 (R1), 2011.
- _____. **Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. CPC 00 (R2), 2019.
- _____. **Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto**. CPC 18 (R2), 2012.
- COSTA, R. A. T. et al. A análise da demonstração de resultado do exercício - DRE - como ferramenta de gestão para o administrador. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v.1, n.1, p.37 – 46. Jan./Fev. 2016.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª Edição, Artmed: Porto Alegre, 2010.

GASPARETTO, Valdirene. O papel da contabilidade no provimento de informações para a avaliação do desempenho empresarial. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 2004, v. 1, n. 2, p. 109-122. ISSN-e: 1807-1821.

GELBCKE, Ernesto Rubens; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M.F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IFRS FOUNDATION. **Gravação do Webinar em português: Minuta da Norma Apresentação Geral e Divulgação**. 25 de março de 2020. (51m31s).

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **IFRS Standards Exposure Draft: General Presentation and Disclosures**. Dezembro de 2019.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**, 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, Sergio de, et al. **Introdução à Teoria da Contabilidade**, 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 7ª Edição, Atlas: São Paulo 2017.

LEMES, Sirlei; DE CARVALHO, Luiz Nelson Guedes. Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB. **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. 2004

LINS, Luiz Dos Santos; FRANCISCO FILHO, José. **Fundamentos e Análise das Demonstrações Contábeis: Uma abordagem interativa**. Estado: Grupo GEN, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**, 18ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018.

MARTINS, Eliseu. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2019.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. – 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, C.M, et al. Implicações da Assimetria Informacional no Ambiente Empresarial. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 4, n.1, p. 145-159. Jan./Jun. 2017.

STANZANI, Livia M. L.; NAKAO, Silvio H. **Capacidade preditiva da DRE: A escolha normativa brasileira favorece?** Advances in Scientific and Applied Accounting, 2020, v. 13, n. 3, p. 041-064. ISSN: 1983-8611.

VERRECCHIA, Robert E. **Essays on Disclosure**. Journal of Accounting and Economics, nº 32, p. 97-180, 2001.